

Termo de Referência 18/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
18/2024	264001-FUNDAÇÃO J.D.FIGUEIREDO SEG.MED. TRABALHO/SP	NORISVALDO FERRAZ JUNIOR	04/06/2024 16:00 (v 2.1)
Status	PUBLICADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC	90124/2024	47648.001240/2023-84

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de Serviços de link de Internet dedicado para a Fundacentro - Sede/CTN, 500 Mbps, fibra ótica, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviços de link de Internet dedicado para a Fundacentro - Sede/CTN, 500 Mbps, fibra ótica	26506	unidade de serviço mensal	12	R\$ 9.776,60	R\$ 117.319,20

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da última assinatura dos contraentes, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que os serviços são essenciais e obrigatórios para que a Fundacentro mantenha prestando os serviços digitais para a sociedade, comunidade científica e público interno, considerando o Estudo Técnico Preliminar nº 23/2023 (SEI ID 0270237).

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

2.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

2.2. A solução de TIC consiste contratação da prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação referentes ao fornecimento de serviços de link de Internet dedicado para a Sede/CTN da Fundacentro. Dessa maneira, a conectividade à Internet viabiliza a publicação de informações e serviços de saúde e segurança do trabalho, bem como viabiliza acesso aos sistemas estruturantes do governo para as demais áreas de lotação.

2.3 A solução a ser contratada garantirá a redundância de acesso à Internet, minimizando os problemas de falta de conectividade quando o link principal atualmente existente estiver indisponível.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1 A presente contratação justifica-se considerando a necessidade de prover um acesso à Internet adicional ao em operação na Sede/CTN. Dessa forma, a estabilidade, latência e largura de banda especificados fornecem as características necessárias para continuarem sendo publicados os serviços tecnológicos, fornecendo o melhor cenário relativo à redundância das informações trafegadas. Além disso, a Fundacentro possui um bloco /24 de endereços IP, que será anunciado no link atualmente existente e neste a ser contratado. A tecnologia atualmente em funcionamento do enlace é fibra ótica viabilizando mais estabilidade para o acesso. A utilização do link redundante permite, além dos itens elencados abaixo, a interconectividade entre os servidores que atuam presencialmente e os que atuam remotamente em Programa de Gestão (PGD). O link redundante continuará viabilizando o fornecimento de conteúdo da Fundacentro para toda a Internet, bem como no fornecimento desse conteúdo para o público interno. Além disso, também é possível à Fundacentro por meio do link redundante, ampliar a disponibilidade dos seguintes serviços: Publicação de aplicativos móveis e sistemas (como a biblioteca), que são disponíveis para os cidadãos e outros órgãos governamentais; Interligação (via VPN Site-to-Site) dos Escritórios Avançados à rede da Sede /CTN; Navegação na Internet para os usuários de recursos de TI; Utilização do serviço de correio eletrônico (e-mail @fundacentro.gov.br).

3.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 37115367000160-0-000001/2024;

II) Data de publicação no PNCP: 30/10/2023;

III) Id do item no PCA: 273;

IV) Classe/Grupo: 142 - Serviços De Comunicação De Dados;

V) Identificador da Futura Contratação: 264001-090124/2024.

3.3. O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital 2024 e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2023-2024 da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - Fundacentro, conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
E1	Ampliar a capacidade de acesso e processamento de dados em segurança e saúde no trabalho
E3	Disseminar conhecimento utilizando novas tecnologias de informação e comunicação

ALINHAMENTO AO PDTIC 2023-2024			
ID	Necessidade/Meta do PDTIC	ID	Ação do PDTIC

N2	Garantir a disponibilidade de serviços e conteúdo técnico por meio do Portal Institucional	A2301	Garantir a disponibilidade dos serviços de TIC
N9	Utilização de tecnologias para o teletrabalho		
N1	Garantir a disponibilidade dos serviços de TIC	A2310	Manter em operação o link de Internet da Sede/CTN e das UD's
N4	Renovar os contratos de serviços de TIC com vencimento em 2023-2024		
N10	Garantir a efetividade da prestação de serviços de TIC		

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### ***Requisitos de Negócio***

4.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

4.1.1. O link dedicado viabiliza à Sede/CTN da Fundacentro a redundância de acesso à Internet para a publicação dos serviços tecnológicos da Instituição para os cidadãos, governo e comunidade científica.

4.1.2. Atender aos requisitos de disponibilidade de informação dos serviços e soluções de TI disponibilizadas pela Fundacentro aos seus usuários internos e à sociedade.

4.1.3. Prover a instituição de infraestrutura de Tecnologia de Informação, adequada ao desenho institucional da Fundacentro, e que atenda adequadamente as demandas advindas da realização das atividades finalísticas e da área meio.

4.1.4. Destacam-se as seguintes finalidades de negócio:

4.1.4.1. Publicação dos aplicativos Monitor IBUTG, SSTFácil, RBSOMobile, entre outros serviços tecnológicos da área finalística.

4.1.4.2. Utilização do SEI para o público interno (servidores públicos, colaboradores e demais usuários) e externos (como por exemplo a assinatura de contratos)

4.1.4.3. Acesso aos sistemas estruturantes do Governo Federal como SCDP, SIASG, SIAPE, Comprasnet, entre outros, além de outros serviços que dependem de conectividade com a Internet.

4.1.4.4. Acessos aos recursos colaborativos fornecidos pela plataforma Microsoft 365: Teams (conferências áudio/vídeo), E-mail (@fundacentro.gov.br), PowerBI, Planilhas, Documentos, entre outros.

### ***Requisitos de Capacitação***

4.2. Após a implantação dos links de internet dedicados deverá(ão) ser(em) realizada(s) reunião(ões) para transferência de conhecimento com relação ao sistema de gerenciamento das condições do link (monitoramento), bem como as informações de endereçamento, escalação de chamados se necessário para um superior, transferência de contatos, ferramenta utilizada para abertura de chamados e outros sistemas/meios de comunicação que se façam necessários para o adequado conhecimento da solução implantada. A documentação entregue (por meio online) deve ser suficiente para esclarecer os procedimentos a serem executados e permitir que os colaboradores do STIO possam gerenciar os links de Internet.

### ***Requisitos Legais***

4.3. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019, e a outras legislações aplicáveis;.

### ***Requisitos de Manutenção***

4.4. Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções corretivas sempre que houver indisponibilidade do circuito contratado, bem como manutenções preventivas para minimizar possíveis interrupções da prestação dos serviços pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução. Quaisquer equipamentos, peças ou outros materiais que apresentem defeitos de fabricação, instalação ou desgaste normal pelo uso, devem ser substituídos por originais iguais ou superiores sem ônus para a Fundacentro.

### ***Requisitos Temporais***

4.5. Os serviços devem ser prestados ininterruptamente durante o período de vigência, a contar da ativação do circuito.

4.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.7. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

4.8. Na execução dos serviços, deverão ser observados os prazos apresentados no modelo de execução do contrato.

### ***Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade***

4.9. A Contratada deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

4.9.1. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação e Comunicação (POSIC) da Contratante.

4.9.2. A contratada não poderá se utilizar da presente contratação para obter qualquer acesso não autorizado às informações da Fundacentro.

4.9.3. É de responsabilidade da contratada garantir que as informações por ela obtidas em decorrência da execução desta contratação sejam mantidas em sigilo, não podendo ser divulgadas, exceto se previamente acordado, por escrito, entre as partes contratantes.

4.9.4. A Contratada se responsabilizará integralmente, inclusive judicialmente, pelos serviços executados por seus funcionários.

#### ***Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais***

4.10. Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

4.10.1. Durante a execução de tarefas no ambiente da Fundacentro, os funcionários da CONTRATADA deverão observar, no trato com os servidores e demais colaboradores a urbanidade e os bons costumes de comportamento, tais como: asseio, pontualidade, cooperação, respeito mútuo, disciplina e zelo com o patrimônio público. Deverão ainda portar identificação pessoal, de acordo com as normas internas da Instituição.

#### ***Requisitos da Arquitetura Tecnológica***

4.11. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.

4.12. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

##### ***4.13. Recursos técnicos mínimos do circuito:***

4.13.1. Meio físico terrestre: Fibra ótica

4.13.2. Garantia de banda: 100% (cem por cento)

4.13.3. Acesso permanente (24 x 7 x 365) e ilimitado à Internet

4.13.4. Monitoração 24 x 7 x 365 do circuito de acesso

4.13.5. O circuito deverá atender às normas aplicáveis da Anatel

4.13.6. A Largura de banda/taxa de transferência/velocidade deverá ser simétrica e full duplex.

4.13.7. O link deverá possuir latência média mensal para Ponto de Troca de Tráfego (PTT) menor que 10 ms (dez milissegundos). O link deverá possuir latência média mensal menor que de 10 ms (dez milissegundos) até o roteador localizado na Sede/CTN da Fundacentro em São Paulo. A latência será considerada como o tempo em que um pacote IP leva para ir do roteador da Contratada até o roteador da Contratante (a Contratante está diretamente conectada a um PTT em Barueri/SP). Os intervalos de tempo em que, o enlace apresentar aferições de latência superiores ao valor especificado, serão considerados como períodos de indisponibilidade.

4.13.8. Perda de pacotes máxima mensal: menor que 1% (um por cento).

4.13.9. A Contratada é responsável por fornecer os cabos, equipamentos adicionais, peças, partes e quaisquer materiais, nas dimensões e com as características adequadas, para a interconexão de seus equipamentos aos equipamentos da Contratante.

4.13.10. O backbone Internet da Contratada deverá possuir em operação, canais dedicados, exclusivos e redundantes interligando-os diretamente a pelo menos 2 (dois) outros sistemas autônomos (AS - Autonomous System) nacionais, a pelo menos 1 (um) sistema autônomo (AS - Autonomous System) nos Estados Unidos e a pelo menos 1 (um) sistema autônomo na Europa, sendo que cada um deverá ter, no mínimo, velocidade de 10 Gbps (dez gigabits por segundo) - a documentação deverá ser apresentada quando da assinatura do contrato.

4.13.10. A Contratada deverá possuir, em seu núcleo, redundância de circuitos e equipamentos.

#### ***Requisitos de Projeto e de Implementação***

##### ***4.14. Características da infraestrutura de implantação do link redundante***

4.14.1 A Contratada deverá implantar o enlace de comunicação objeto das especificações deste Termo de Referência (TR) sem gerar interrupções na rede preexistente.

4.14.2. As especificações descritas ao longo desse Termo de Referência representam os requisitos essenciais exigidos pela Fundacentro, cabendo à Contratada fornecer: todos os equipamentos (inclusive os que necessitem estar alocados na Contratante) e componentes de hardware e software necessários para que essas especificações sejam atendidas, sem exceção, nada impedindo, entretanto, que sejam fornecidas características adicionais ou superiores para os serviços a serem prestados, desde que não haja prejuízo de qualquer das funcionalidades especificadas.

4.14.3. Quaisquer custos para a devida prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência, devem ser previstos pela Contratada, não cabendo qualquer tipo de cobrança à Fundacentro acerca da instalação/implantação/ativação do link.

4.14.4. A manutenção e reposição dos equipamentos e infraestrutura necessária, como cabos, conectores, adaptadores, serão de responsabilidade da Contratada, atendendo os índices de disponibilidade e desempenho especificados neste Termo de Referência.

4.14.5. A proposta apresentada pela Contratada será independente do volume de dados trafegado (custo fixo mensal independente do uso).

4.14.6. Todos os custos de infraestrutura relacionados com materiais, equipamentos, mão-de-obra, sistemas e serviços referentes à instalação, ativação e utilização durante o período contratual do objeto deste Termo de Referência, serão de responsabilidade da Contratada, eximindo a Contratante de quaisquer custos e/ou ônus desses equipamentos, sistemas e serviços.

4.14.7. Quaisquer custos de implantação do link devem ser previstos pela Contratada, não cabendo quaisquer tipo de cobrança à Fundacentro acerca da instalação/implantação/ativação do link (independentemente da localidade).

##### ***4.15. Requisitos mínimos dos equipamentos utilizados na prestação dos serviços:***

4.15.1. A manutenção e reposição dos equipamentos e infraestrutura necessária, como cabos, conectores, adaptadores, serão de responsabilidade da Contratada, atendendo os índices de disponibilidade e desempenho especificados neste Termo de Referência.

4.15.2. Será de responsabilidade da Contratada o fornecimento de todos os equipamentos e meios necessários para promover a interconexão entre a rede externa, a rede local e o

distribuidor geral (DG), com exceção do fornecimento de energia elétrica para alimentação dos equipamentos nas dependências dos locais de instalação e climatização dessas salas de equipamentos;

4.15.3. A Contratada deverá disponibilizar os serviços na sala/local indicado pela Contratante, sendo de responsabilidade da Contratada que o roteador esteja disponível no local indicado, sem cobrança adicional referente ao cabeamento e outros recursos/materiais/partes/acessórios /cabos/outros necessários para a instalação no local indicado.

4.15.4. A Contratada, durante a vigência contratual, deverá disponibilizar modem/roteador e quaisquer outros equipamentos, serviços, materiais, peças, acessórios e outros itens que sejam necessários para que o link de Internet esteja em operação, sem ônus à Contratante:

4.15.5. A contratada deverá aplicar e manter atualizada a versão do sistema operacional, bem como patches de segurança nos seus roteadores ou em outros equipamentos de suas redes caso os mesmos estejam exclusivos para a prestação dos serviços da Fundacentro.

4.15.6. Independentemente da atualização descrita, se forem identificados problemas no software ou hardware de qualquer roteador que afete a segurança e o funcionamento do equipamento e/ou, que necessite de alteração no hardware, a contratada deverá substituir o equipamento por outro similar (mantendo-se as especificações previstas neste Termo de Referência) e que garanta o Instrumento de Medição de Resultado, e efetuar a troca efetiva do equipamento em um prazo máximo de 5 (cinco) dias, comunicando a Fundacentro dessa ocorrência com 10 (dez) dias de antecedência para que seja definida a janela de manutenção.

4.15.7. As atualizações serão feitas sem ônus à Fundacentro e, caso necessário, fora do horário comercial, sempre acompanhadas por um técnico autorizado da Contratante.

4.15.8. O roteador deverá ser fornecido com todos os acessórios e programas necessários à sua instalação, operação e monitoração, cabendo inclusive, à contratada, a instalação do mesmo.

4.15.9. A interligação entre a infraestrutura de fibra ótica e os roteadores é de responsabilidade da Contratada.

4.15.10. O roteador disponibilizado deverá ter, além das interfaces necessárias para interligação entre o roteador e os equipamentos da Contratada, interface Ethernet metálica (UTP) para conexão deste com os equipamentos da Contratante.

4.15.11. A Contratada deve providenciar os conectores necessários (se for o caso), adaptadores e quaisquer acessórios necessários para conexão do link aos equipamentos de rede da Contratante.

4.16. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir:

4.16.1. O prazo de instalação dos serviços deverá ser observado conforme previsto no item "Requisitos de Implantação" deste T.R.

4.16.2. A Contratada deverá utilizar o ASN da Fundacentro para publicação de rotas de acesso à Internet, considerando que este link é considerado um link de redundância e tolerância a falhas.

4.16.2.1. Os blocos IPv4, IPv6 e o número de ASN de posse da Fundacentro, conforme constam no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e no processo SEI 47648.001239/2023-50, serão informados à Contratada durante a reunião inicial.

4.16.3. A Contratada deverá realizar as configurações necessárias para que o link contratado seja incluído no balanceamento de carga com o ASN da Fundacentro, devendo a Contratada fornecer os roteadores que se fizerem necessários, com capacidade suficiente para tráfego BGP.

4.16.4. A contratada deverá disponibilizar todos os roteadores, inclusive o CPE alocado na Contratante, sem ônus à Contratante, considerando que:

4.16.4.1. A contratada deverá aplicar a manter atualizados os patches de segurança nos seus roteadores ou em outros equipamentos de suas redes caso os mesmos estejam exclusivos para a prestação dos serviços da Fundacentro.

4.16.4.2. Independentemente da atualização descrita, se forem identificados problemas no software ou hardware de qualquer roteador que afete a segurança e o funcionamento do equipamento e/ou, que necessite de alteração no hardware, a contratada deverá substituir o equipamento por outro similar que garanta o Instrumento de Medição de Resultado, e efetuar a troca efetiva do equipamento em um prazo máximo de 15 (quinze) dias, sem necessidade formal por parte da Fundacentro.

4.16.4.3. As atualizações serão feitas sem ônus à Fundacentro e, caso necessário, fora do horário comercial, sempre acompanhadas por um técnico autorizado da Contratante.

4.16.4.4. O roteador deverá ser fornecido com todos os acessórios e programas necessários à sua instalação, operação e monitoração, cabendo inclusive, à contratada, a instalação do mesmo.

4.16.5. Deverão ser disponibilizadas no mínimo 2 (duas) interfaces Ethernet, de no mínimo 1 Gbps para uso na rede local.

4.16.6. A contratada deverá realizar alterações nas configurações dos equipamentos, a qualquer momento, inclusive para monitoramento em SNMP, sem ônus, mediante solicitação formal da Fundacentro, devendo efetivá-las no prazo máximo de cinco dias úteis.

### ***Requisitos de Implantação***

4.17. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

4.17.1. A implantação do link de Internet objeto desta contratação deverão ocorrer conforme o modelo de execução do contrato deste Termo de Referência.

4.17.1.1. O prazo estipulado poderá ser prorrogado a partir de solicitação formal da Contratada à Fiscalização, sendo a prerrogativa da Fundacentro conceder ou não a prorrogação.

4.17.1.2. O atraso na implantação dos serviços sujeita a contratada às sanções previstas, mensuradas pelo Instrumento de Medição de Resultados apresentado neste T.R.

4.17.2. A Contratada é responsável por fornecer os cabos, nas dimensões e com as características adequadas, para a interconexão de seus equipamentos aos equipamentos da Contratante.



4.17.3. Quaisquer custos de implantação do link de Internet objeto deste Termo de Referência, devem ser previstos pela Contratada, não cabendo qualquer tipo de cobrança à FUNDACENTRO acerca da instalação/implantação/ativação do link.

4.17.4. Quaisquer custos de mudança/relocação do roteador, cabos e outros equipamentos da contratada devem ser previstos pela Contratação, não cabendo qualquer tipo de cobrança à Fundacentro.

#### ***Requisitos de Garantia e Manutenção***

4.18. A contratada deverá prestar serviços de garantia e manutenção durante toda a vigência do Contrato, considerando:

4.18.1. A Contratada deverá realizar todas as manutenções necessárias para o correto funcionamento da Solução;

4.18.2. O termo “manutenção”, quando não especificado, diz respeito a todas as manutenções: preventivas e corretivas;

4.18.3. A Contratada será responsável pela substituição, troca ou reposição de qualquer equipamento que faça parte direta da solução.

#### ***Requisitos de Experiência Profissional***

4.19. Os serviços de assistência técnica e suporte em caso de problemas na prestação dos serviços deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos serviços em questão, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços;

#### ***Requisitos de Formação da Equipe***

4.20. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

#### ***Requisitos de Metodologia de Trabalho***

4.21. A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pela Contratada de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

4.22. A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os serviços deverão ser prestados.

4.23. A Contratada deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana de maneira eletrônica e 24 horas por dia e 7 dias por semana por via telefônica.

4.24. Acerca da metodologia de trabalho na execução dos serviços, devem ser observados, no mínimo, os seguintes itens:

4.24.1. A execução do serviço deve ser acompanhada pela Contratada, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

4.24.2. Todos os chamados deverão ser gerenciados e atendidos pela central de atendimento da Contratada através de número telefônico, em língua portuguesa, fornecendo neste momento o número de abertura do chamado;

4.24.3. Os chamados telefônicos devem ser atendidos por uma equipe especializada, em língua portuguesa, em horário comercial de segunda-feira a sábado, com diagnóstico remoto;

4.24.4. Durante todo o período de execução dos serviços, a Contratada é obrigada a manter, em base histórica, os dados sobre a execução de serviços em garantia.

4.24.5. Em casos de manutenção preventiva, onde a Contratada é a interessada, quando houver interrupção de fornecimento dos serviços da contratada para com a Fundacentro, a operadora deverá comunicar no mínimo 8 (oito) horas de antecedência, o Fiscal Técnico do Contrato, por meio das formas de comunicação definidas neste Termo de Referência.

4.24.5.1 A contagem do período de aviso se dará a partir da ciência do Fiscal Técnico.

4.24.5.2 O aviso de interrupção de serviços da operadora deverá conter os seguintes itens, no mínimo:

- i. Motivo do desligamento.
- ii. Ações a serem executadas.
- iii. Tempo previsto para a execução

4.24.6. O acompanhamento da prestação de serviços do link Internet dedicado será feito através de relatórios disponibilizados pela contratada, devendo apresentar ao Fiscal Técnico, sempre que solicitado, no mínimo:

4.24.6.1. Performance do link (uso, latência, disponibilidade)

4.24.6.2. Taxa de utilização da banda

4.24.6.3. Gerência de Tráfego (Capacidade contratada (banda) e o respectivo tráfego utilizado em um link dedicado)

4.24.7. Métricas dos últimos 30 dias a serem disponibilizadas pela Contratada em até 48 horas depois de solicitação pela Contratante:

4.24.7.1. Latência

4.24.7.2. Perda de Pacotes

4.24.7.3. Jitter (Variação do tempo de transmissão dos pacotes entre o ponto principal e os pontos remotos da rede)

4.24.7.4. Taxa de erro (Mede a proporção de bits recebidos com erro em relação ao total de bits transmitidos)

4.24.8. Por solicitação da Contratante, a Contratada deverá apresentar relatório ao Fiscal do Contrato, no qual devem constar as seguintes informações mínimas referentes ao período de faturamento:

4.24.8.1. Correlação de eventos e diagnóstico de causa-raiz.

4.24.8.2. Consolidado do tempo de indisponibilidade

4.24.8.3. Cálculos de percentuais de disponibilidade

4.24.8.4. Chamados abertos e status do chamado

#### 4.24.8.5. Cálculos percentuais de utilização do link

##### **Vistoria**

4.25. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é importante para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, desde que previamente agendado com o Serviço de Tecnologia – Infraestrutura e Operações, o que poderá ocorrer mediante disponibilidade de servidor alocado para essa finalidade.

4.26. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.27. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.28. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.29. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

##### **Sustentabilidade**

4.30. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.30.1. Os serviços fornecidos deverão atender a critérios de sustentabilidade ambiental que a legislação determinar, a exemplo da IN nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da SLTI/MPOG, no que couber, ou prover alternativas para verificação de sua aplicabilidade. Os softwares, aplicativos e drivers a serem oferecidos com a solução do fornecedor deverão ter documentação e guias entregues, preferencialmente:

4.30.1.1. Em língua portuguesa, ou, caso não haja, em língua inglesa.

4.30.1.2. Em mídia eletrônica.

4.30.2. O descarte de materiais utilizados na implantação do circuito e na prestação dos serviços que sejam recicláveis, devem ter o destino apropriado.

##### **Subcontratação**

4.31. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.31.1. É vedada a subcontratação completa do objeto da contratação.

4.31.2. A subcontratação, dentro dos limites legais até 20%, será permitida para parte dos serviços técnicos do objeto desta licitação (suporte/atendimento, instalação e manutenção dos

circuitos, instalação e manutenção dos equipamentos e monitoramento da rede), exceto o suporte técnico de última milha, ficando sob inteira responsabilidade da licitante a manutenção da qualidade, fidelidade ao objeto e a garantia sobre a totalidade do serviço.

4.31.3. A subcontratação deve seguir legislação específica do serviço de telecomunicações ou nas normas igualmente aplicáveis ao setor editadas pela ANATEL.

4.31.4. A subcontratação dependerá de autorização prévia da Contratante, a quem cabe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para execução do objeto, além da necessidade de comprovação pela Contratada, da regularidade fiscal e trabalhista da empresa subcontratada.

4.31.5. Em qualquer hipótese de subcontratação permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação

4.31.6. A subcontratação dependerá, em cada caso, de ser previamente avaliada pela CONTRATANTE, já que a subcontratação desses serviços é algo inerente ao modelo de mercado que opera no Brasil, não sendo possível definir qual o nível de interação entre as empresas, pois envolve muitas variáveis, dependendo da operadora, local, tecnologia utilizada, origem e destino da conexão, localização e particularidades do órgão CONTRATANTE, dentre outras.

### **Garantia da Contratação**

4.32. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.33. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.34. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.35. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

## **5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES**

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3. receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.5. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.6. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

5.1.7. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

## 5.2. São obrigações do CONTRATADO

- 5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- 5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 5.2.8. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 5.2.9. fazer a transição contratual, quando for o caso;

## 6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

### *Condições de execução*

#### 6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1. Início da execução do objeto: Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de identificar as expectativas, nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços;

6.1.2. Deverão participar dessa reunião o Gestor do Contrato, Fiscais do Contrato e representante legal da Contratada. A reunião realizar-se-á na Fundacentro – Sede/CTN ou por meio digital, após a assinatura do Contrato, conforme agendamento efetuado pelo Gestor do Contrato.

6.1.3. Antes do final da reunião de alinhamento o Gestor do Contrato emitirá a Ordem de Serviço que deverá obrigatoriamente ser recebida pela Contratada.

6.1.3.1. A Ordem de Serviço conterá a data de início do serviço, não podendo ser inferior a 2 (dois) dias úteis.

#### 6.2. Implantação do Contrato

6.2.1. A implantação do contrato compreende a ativação/implantação do circuito de comunicação de dados constante neste Termo.

6.2.2. A ativação consiste na disponibilização efetiva do serviço contratado.

6.2.3. A implantação total do circuito de dados constante neste Termo deverá ocorrer considerando o disposto no item "Requisitos de Implantação" deste T.R.

6.2.4. Para a realização da implantação do contrato, a Contratada deverá realizar no mínimo as seguintes atividades:

- i. Visita da equipe técnica da Contratada em todos os locais de instalação da Contratante; e

ii. Realizar testes que garantam o funcionamento adequado da instalação realizada.

6.2.5. Os serviços de implantação deverão ser realizados sem ônus à CONTRATANTE;

6.2.6. A Contratada será responsável pelo fornecimento de toda e qualquer infraestrutura necessária para a efetivação do serviço de implantação;

6.2.7. Após a implantação total da solução a Contratada deverá entregar a especificação e os detalhes técnicos dos circuitos de comunicação de dados instalados;

6.2.8 Cronograma de realização dos serviços:

Evento	Descrição	Prazo	Responsável
1	Início do Contrato	-	Fundacentro e Contratada
2	Reunião inicial	Em até 5 (cinco) dias corridos contados a partir do evento 1	Fundacentro e Contratada
3	Emissão da Ordem de Serviço	Durante a Reunião inicial	Fundacentro
4	Implantação dos serviços e ativação do circuito	Conforme datas constantes na Ordem de Serviço, que não deve ultrapassar 30 dias da emissão da O.S., podendo ser prorrogada pela Fundacentro, mediante solicitação formal da Contratada	Contratada
5	Emissão do Termo de Recebimento Provisório (TRP)	Quando da conclusão do evento 5	Fundacentro
6	Homologação da instalação e emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD)	Em até 10 (dez) dias contados a partir da data do evento 7	Fundacentro

6.2.9. Etapas e listas de verificação:

6.2.9.1. Verificação da conectividade do link de Internet com os sistemas de governo e demais sítios na web;

6.2.9.2. Acesso ao link implantado quando houver indisponibilidade do link lan-to-lan.

#### **Local e horário da prestação dos serviços**

6.3. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro), Rua Capote Valente, 710, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05409-002.

6.4. Os serviços serão prestados 24 horas / 7 dias ininterruptamente durante a vigência do Contrato.

#### **Ativação**

6.5. O link deverá ser instalado e ativado no prazo estipulado no item "Requisitos de Implantação".

#### **Regime de Operação**

6.6. Os serviços prestados deverão estar disponíveis 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive nos feriados e finais de semana.

6.6.1. Não haverá violação da disponibilidade nos seguintes casos:

6.6.1.1. Falha em algum equipamento da Contratante;

6.6.1.2. Falha decorrente de procedimentos operacionais da Contratante;

6.6.1.3. Falha de qualquer equipamento da Contratada que não possa ser corrigida por inacessibilidade causada pela Contratante;

6.6.1.4. Interrupção programada, quando necessária, observados os prazos apresentados no item a seguir “Prazo para Resolução de Problemas”.

### **Prazo para Resolução de Problemas**

6.7. O prazo para resolução de problemas seguirá as seguintes premissas:

6.7.1. O prazo máximo para solução de quaisquer problemas de inoperância dos serviços contratados será de 4 (quatro) horas, incluindo as ocorrências que impliquem substituição de hardware de responsabilidade da Contratada, respeitados o índice de disponibilidade previsto neste Termo de Referência.

6.7.2. A contagem para o prazo de solução se dará no momento da abertura do chamado técnico na Contratada;

6.7.3. O problema será considerado solucionado no momento da comunicação da Contratada à Contratante (desde que validado pela Contratante), encerrando-se nesse instante a contagem do tempo de resolução de problema.

### **Atendimento de ocorrências**

6.8. O atendimento de ocorrências deve considerar:

6.8.1. A Contratada deverá possuir estrutura de Central de Atendimento (HelpDesk/Service Desk), disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive nos feriados e finais de semana, fazendo o registro das ocorrências, acompanhamento, resolução de problemas e esclarecimento de dúvidas.

6.8.2. A Central de Atendimento deverá estar disponível para contato através de ligações telefônicas gratuitas (0800) a serem realizadas pelos técnicos da Contratante, sendo imprescindível que os funcionários de atendimento da Contratada conheçam as características do serviço contratado, e estejam aptos a dar as informações básicas sobre o serviço contratado.

6.8.3. A Contratante poderá fazer registros referentes a ocorrências e à qualidade dos serviços prestados, não só por meio de ligações telefônicas como também por meio do envio de e-mails para a Central de Atendimento da Contratada.

6.8.4. Durante toda a vigência do Contrato, a Contratada deverá manter registro dos eventos que porventura tenham provocado interrupções no circuito, a fim de justificar a não consideração de períodos de indisponibilidade perante a Contratante.

6.8.5. Os registros mencionados nos itens 6.8.3 e 6.8.4 deverão estar disponíveis durante todo o período de vigência do Contrato, podendo a Contratante solicitar relatórios consolidados por mês contendo todas as informações das ocorrências.

#### **Materiais a serem disponibilizados**

6.9. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário, conforme previsto no item "Recursos de arquitetura tecnológica" deste T.R.

#### **Formas de transferência de conhecimento**

6.10. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

#### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

6.11. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas.

6.11.1. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

6.11.2. Cópia de segurança de todas as informações de roteamento existentes;

6.11.3. Avaliação da cópia de segurança realizada no item anterior em outro equipamento, para validar as regras aplicadas;

6.11.4. Exclusão de todas as regras de roteamento quando da retirada do equipamento no encerramento do Contrato.

#### **Quantidade mínima de serviços para comparação e controle**

6.12. A OS conterá o volume de serviços demandados, incluindo a sua localização e o prazo, conforme modelo descrito no Anexo I.

#### **Mecanismos formais de comunicação**

6.13. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

6.13.1. Ordem de Serviço;

6.13.2. Ata de Reunião;

6.13.3. Ofício;

6.13.4. Sistema de abertura de chamados;

6.13.5. E-mails e Cartas.

#### **Formas de Pagamento**

6.14. Os critérios de medição e pagamento dos serviços prestados serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.



## **Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança**

6.15. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.16. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos Anexos II e III, respectivamente.

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

### **Preposto**

7.5. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

7.6. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto quando solicitado pela Contratante para acompanhamento da execução de serviços, como por exemplo, manutenções ou reuniões, previamente acordados na reunião inicial.

7.7. Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

### **Reunião Inicial**

7.8. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.9. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá conforme previsto no modelo de execução contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.9.1. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.9.1.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

7.9.1.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

7.9.1.3. esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.9.1.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

7.9.1.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

### **Fiscalização**

7.10. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput) , nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

### **Fiscalização Técnica**

7.11. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.11.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.11.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.11.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.11.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

7.11.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

### **Fiscalização Administrativa**

7.12. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.12.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

### **Gestor do Contrato**

7.13. O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.14. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.15. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.16. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.17. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.18. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.19. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme o disposto nesta seção do T.R.

8.1.1. O Índice de Prazo para Implantação (IPI) tem por finalidade verificar se o prazo de implantação está condizente com o especificado neste Termo de Referência.

Índice nº 01 – Índice Prazo para Implantação (IPI)	
Tópico	Descrição
Finalidade	Medir o tempo decorrido na prestação dos serviços referentes à implantação do Link
Meta a cumprir	IPI igual ou superior a 100%
Método de medição	Cronometragem de dias considerando os prazos apresentados na Ordem de Serviço e diretrizes do Termo de Referência
Forma de acompanhamento	Acompanhamento do fiscal do contrato ou representante técnico por ele indicado para conferir a ativação do circuito
Periodicidade	Única
Mecanismo de Cálculo (métrica)	$IPI = (Prazo / Realizado) * 100$ <p>Onde:</p> <p>Prazo = prazo máximo definido na O.S. em dias;</p> <p>Realizado = Prazo decorrido desde a emissão da O.S. até a conclusão da implantação em dias;</p> <p>IPI = Índice Prazo para Implantação;</p>
Observações	Serão utilizados dias corridos na medição
Início de Vigência	A partir da emissão da O.S.
	<p>IPI <math>\geq</math> 99,95%: sem descontos sobre o valor do primeiro faturamento.</p> <p>IPI <math>\geq</math> 95% e <math>&lt;</math> 99,95%: 15% de desconto sobre o valor do primeiro faturamento.</p>

Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	<p>IPI <math>\geq</math> 80% e <math>&lt;</math> 95%: 30% de desconto sobre o valor do primeiro faturamento.</p> <p>IPI <math>&lt;</math> 80%: 45% de desconto sobre o valor do primeiro faturamento + apuração de responsabilidade por inexecução do Contrato.</p>
---	---

8.1.1.1. O atraso injustificado superior a 10 (dez) dias corridos na instalação do link, contados a partir do final do prazo da Ordem de Fornecimento, caracterizara com retardamento da execução, conforme previsão no Inciso VII, art. 155 da Lei 14.133/21.

8.1.2. O Índice de Disponibilidade de Serviços (IDS) tem por finalidade verificar se a disponibilidade mensal dos serviços prestado está condizente com o especificado neste Termo de Referência.

Índice nº 02 – Índice de Disponibilidade de Serviços (IDS)	
Tópico	Descrição
Finalidade	Medir a disponibilidade mensal dos serviços
Meta a cumprir	Disponibilidade dos serviços, mantendo a conectividade da Fundacentro para atingir a necessidade das áreas técnica e de gestão
Método de medição	Cronometragem de tempo, em minutos, do tempo de indisponibilidade
Forma de acompanhamento	Acompanhamento do fiscal do contrato ou representante técnico por ele indicado para conferir a os chamados abertos e a cronometragem de tempo prevista neste T.R.
Periodicidade	Mensal, contabilizando-se todos os chamados abertos na Contratada
Mecanismo de Cálculo (métrica)	<p><math>IDS = [(DispTotalMensal - Indisp) / DispTotalMensal] * 100</math></p> <p>Onde:</p> <p>Indisp = somatório dos períodos de indisponibilidade, em minutos, observado no mês de referência, com a contabilização de todos os chamados no mês de referência;</p> <p>DispTotalMensal = disponibilidade, em minutos, máxima possível no mês de referência;</p> <p>IDS = Índice de Disponibilidade de Serviços.</p>

Início de Vigência	Mensalmente
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	<p>IDS <math>\geq</math> 99,98%: sem descontos sobre o valor do faturamento mensal.</p> <p>IPI <math>\geq</math> 99,95% e <math>&lt;</math> 99,98%: 15% de desconto sobre o valor do faturamento mensal.</p> <p>IPI <math>\geq</math> 99,5% e <math>&lt;</math> 99,95%: 30% de desconto sobre o valor do faturamento mensal + apuração de responsabilidade por inexecução parcial do Contrato;</p> <p>IPI <math>&lt;</math> 99,5%: 70% de desconto sobre o valor do faturamento mensal + apuração de responsabilidade por inexecução total do Contrato.</p>

8.1.2.1. A Contratada deverá garantir os serviços contratados de acordo com o previsto no IDS.

8.1.2.2. Em caso de necessidade de interrupção programada, a Contratada deverá entrar em contato com a Contratante, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, para agendar data e hora da interrupção.

8.1.2.3. Não serão computadas, no cálculo da disponibilidade mensal, até 5 (cinco) interrupções anuais do serviço, a serem utilizadas como janelas para manutenção preventiva e de predição, desde que observado o item anterior.

8.1.2.4. As interrupções do serviço não poderão exceder 2 (duas) horas, caso isso ocorra, será considerada nova interrupção.

8.1.2.5. Entende-se como “período de indisponibilidade”, o tempo em minutos entre o início e a completa solução do problema.

8.1.2.6. O enlace de comunicação será considerado “indisponível” quando ocorrer qualquer tipo de problema que impeça a transmissão ou recepção de pacotes através dele, ficando a Contratada isenta de responsabilidade por indisponibilidades comprovadamente geradas por problemas oriundos dos equipamentos da Contratante.

8.1.2.7. Alterações no IDS identificadas após a emissão da fatura e que impliquem modificações nos descontos calculados, serão validadas de comum acordo entre a Contratada e a Contratante e contempladas na fatura subsequente.

8.1.2.8. A Contratada receberá a aplicação de comunicado de advertência, sempre que houver a incidência de glosas contratuais em razão do descumprimento do IPI e IDS apresentados neste T.R.

8.1.2.9. Os valores de multas não pagas serão descontados da garantia prestada pela Contratada.

8.1.2.10. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

8.1.2.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de impedimento de licitar e contratar com a União, a licitante será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência e das demais cominações legais.

8.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

8.2.1. não produzir os resultados acordados;

8.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.2.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

8.4.1. Observação do IPI e IDS;

#### **Do recebimento**

8.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

8.5.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.6.1. Para o recebimento dos serviços mensalmente prestados, antes da emissão de quaisquer Faturas/Notas Fiscais, a Contratada deverá apresentar as informações de disponibilidade dos serviços prestados no mês de referência. As informações a serem apresentadas devem conter, no mínimo:

- a) Cálculos de percentuais de disponibilidade
- b) Consolidado do tempo de indisponibilidade (se houver)
- c) Chamados abertos e status do chamado (se houver).

8.6.2. Considerando a gestão centralizada desta contratação pelo Serviço de Tecnologia - Infraestrutura e Operações, situado na Sede/CTN (Rua Capote Valente, 710, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05409-002, Andar Térreo Superior), todas as Notas Fiscais/Faturas de prestação de serviços deverão ser encaminhadas para a Fiscalização do Contrato.

8.6.2.1. O não atendimento do exposto no item imediatamente anterior sujeitará a Contratada às sanções previstas.

8.6.2.2. A reunião inicial disporá sobre a forma de envio da Nota Fiscal, que deverá ser realizada por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da Fundacentro ou, na indisponibilidade desse recurso, e-mail designado pela Fiscalização. No caso de envio via e-mail, a confirmação do recebimento do e-mail pela Fiscalização é de responsabilidade da Contratada e os prazos somente passarão a iniciar após a confirmação do recebimento pelo Fiscal Técnico.

8.6.3. Após o recebimento da prévia do faturamento, o Fiscal Técnico do Contrato emitirá o Termo de Recebimento Provisório (TRP) e o Gestor da Execução emitirá o Termo de Recebimento Definitivo (TRD), para que a Contratada possa emitir as Notas Fiscais de prestação dos serviços. A Contratada somente poderá emitir as Notas Fiscais após o recebimento do TRP e caso o Fiscal Técnico do Contrato encontre divergências na prévia de faturamento, deverá ocorrer o registro nas ocorrências contratuais.

8.6.4. Após o recebimento das Faturas/Notas Fiscais, o Gestor do Contrato emitirá o aceite na prestação dos serviços, passando a iniciar o prazo para pagamento dos serviços prestados.

8.6.5. A Contratante emitirá o respectivo Termo de Recebimento Definitivo de implantação, após a implantação do circuito. O faturamento do serviço contratado, só terá início, não havendo problema, após o recebimento definitivo referente à implantação.

8.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

8.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

8.10. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.11. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

8.12. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.



8.13. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.14. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.15. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.15.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.15.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

8.15.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.15.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.15.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.16. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.17. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.18. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Procedimentos de Teste e Inspeção**

8.19. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

8.19.1. Verificação da originalidade dos equipamentos junto ao fabricante. A Contratante poderá verificar se os equipamentos fornecidos foram originalmente fabricados e homologados pelo fabricante, bem como homologação oficial da ANATEL para equipamentos de comunicação e transmissão de dados;

8.19.2. Verificação física dos equipamentos. A Contratante verificará se os equipamentos fornecidos, incluindo seus componentes e acessórios, atendem integralmente aos requisitos mínimos e/ou obrigatórios estabelecidos;

8.19.3. Caso qualquer equipamento, suprimento ou peça seja reprovado durante as avaliações, testes e inspeções realizadas pela Contratante, a Contratada será notificada e deverá promover a sua imediata substituição, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis; e

8.19.4. A Contratante promoverá também cogerência do quantitativo de serviço prestado.

### **Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento**

8.20. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante, conforme a tabela abaixo:

ID	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 2 horas úteis.	Multa de 0,5% sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela contratante, até o limite de dois dias úteis.
		Após o limite de dois dias úteis, aplicar-se-á multa de 1% do valor total do Contrato.
2	Não atender ao indicador de nível de serviço IPI (Índice Prazo para Implantação)	Glosas conforme o IPI no item 8.1.1 deste T.R.
3	Não atender ao indicador de nível de serviço IDS (Índice de Disponibilidade de Serviços)	Glosas conforme o IDS no item 8.1.2 deste T.R.
4	Quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter	A Contratada ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o § 5º do art. 156 da Lei 14.133

	a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.	/2021, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais, e multa de 1% do valor da contratação.
5	Ter praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.	A Contratada será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração
6	Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.	Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
7	Não executar total ou parcialmente os serviços previstos no objeto da contratação.	Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
8	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados, por até de 30 dias, sem comunicação formal ao gestor do Contrato.	Multa de 5% sobre o valor total do Contrato.  Em caso de reincidência, configura-se inexecução total do Contrato por parte da empresa, ensejando a rescisão contratual unilateral.
9	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados, por mais de 30 (trinta) dias, sem comunicação formal ao gestor do contrato.	Contratada será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
10	Provocar intencionalmente a indisponibilidade da prestação dos serviços quanto aos componentes de software (sistemas, portais, funcionalidades, banco de dados, programas, relatórios, consultas, etc).	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas em Lei.
11	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência.  Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 1% do valor total do Contrato.

8.21. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que a contratada:

8.21.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não

produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

8.21.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

### **Liquidação**

8.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.24. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.24.1. o prazo de validade;

8.24.2. a data da emissão;

8.24.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.24.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.24.5. o valor a pagar; e

8.24.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.25. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.26. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018)

8.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.30. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.32. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.37. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.38. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de crédito**

8.39. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

8.39.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

8.40. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.41. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.42. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020).

8.43. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

### **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

#### **Regime de execução**

9.2. O regime de execução do contrato será por empreitada por preço global.

#### **Da Aplicação da Margem de Preferência**

9.3. Não será aplicada margem de preferência na presente contratação.

#### **Exigências de habilitação**

9.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.5. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU** ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas

Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.12. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Ato de autorização para o exercício da atividade de prestação de serviços de link de Internet dedicado, expedido pela ANATEL segundo a legislação vigente aplicável.

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.26. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

9.25.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.25.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

9.25.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.25.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação o patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### **Qualificação Técnica**

9.29. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

9.29.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação

9.30. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.31. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.31.1. Pelo menos 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que executou, de forma satisfatória, serviço de link de Internet dedicado, com características semelhantes e compatíveis com as descritas neste Termo de Referência.

9.31.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.32. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.33. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.34. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.34.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.34.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.34.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.34.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.34.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e



9.34.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; 9.34.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 117.319,20 (cento e dezessete mil trezentos e dezenove reais e vinte centavos), conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.1.

10.2. Em havendo conflito dos valores do custo estimado total da contratação, tem prevalência o valor que constar no Edital.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

11.2.1. As informações orçamentárias serão definidas nos autos após consulta à Disponibilidade Orçamentária, de acordo com fluxo determinado pela Fundacentro.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### Cronograma Físico Financeiro

11.4. Após concluídas as etapas do item 6 - Modelo de execução do contrato, a emissão do Termo de Recebimento Definitivo deflagra o início da prestação dos serviços.

11.4.1. O cronograma físico financeiro ocorrerá conforme disposto na Ordem de Serviço emitida e será respectivo a cada contrato firmado.

## 12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Portaria Fundacentro nº 1144/2023 (SEI ID 0233918)

**NORISVALDO FERRAZ JUNIOR**

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 28/05/2024 às 10:48:19.

Despacho: Portaria Fundacentro nº 1144/2023 (SEI ID 0233918)

**DIEGO RICARDI DOS ANJOS**

Integrante Requisitante



*Assinou eletronicamente em 28/05/2024 às 11:21:55.*

Despacho: Portaria Fundacentro nº 1144/2023 (SEI ID 0233918)

**JUAN GOMES PEREIRA**

Integrante Administrativo



*Assinou eletronicamente em 28/05/2024 às 11:19:37.*

Despacho: Portaria MTE nº 2475 de 18 de maio de 2023

**REMIGIO TODESCHINI**

Autoridade Máxima de TIC



*Assinou eletronicamente em 03/06/2024 às 11:50:50.*

Despacho: Portaria MTE nº 2690 de 17 de julho de 2023

**KARINA NUNES FIGUEIREDO**

Autoridade Competente



*Assinou eletronicamente em 04/06/2024 às 15:34:53.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Termo de Compromisso e Manutencao de Sigilo - Fundacentro.pdf (210.92 KB)
- Anexo II - Ordem de Servico - Fundacentro.pdf (159.9 KB)
- Anexo III - Termo de Ciencia - Fundacentro.pdf (157.89 KB)

**Anexo I - Ordem de Serviço - Fundacentro.pdf**

## ORDEM DE SERVIÇO

### INTRODUÇÃO

Por intermédio da Ordem de Serviço (OS) será solicitado formalmente à Contratada a prestação de serviço ou o fornecimento de bens relativos ao objeto do contrato.

O encaminhamento das demandas deverá ser planejado visando a garantir que os prazos para entrega final de todos os bens e serviços estejam compreendidos dentro do prazo de vigência contratual.

**Referência: Art. 32 IN SGD Nº 94/2022.**

### 1 – IDENTIFICAÇÃO

<b>Nº da OS</b>	xxxx/aaaa	<b>Data de emissão</b>	<dd/mm/aaaa>
<b>CONTRATO/NOTA DE EMPENHO nº</b>	xx/aaaa		
<b>Objeto do Contrato</b>	<Descrição do objeto do contrato>		
<b>Contratada</b>	<Nome da contratada>	<b>CNPJ</b>	99.999.999/9999-99
<b>Preposto</b>	<Nome do preposto>		
<b>Início vigência</b>	<dd/mm/aaaa>	<b>Fim vigência</b>	<dd/mm/aaaa>
<b>ÁREA REQUISITANTE</b>			
<b>Unidade</b>	< Sigla – Nome da unidade>		
<b>Solicitante</b>	<Nome do solicitante>	<b>E-mail</b>	xxxxxxxxxxxxxx

### 2 – ESPECIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS E VOLUMES ESTIMADOS

Item	Descrição do bem ou serviço	Métrica	Valor unitário (R\$)	Qtde/Vol.	Valor Total (R\$)
1	...	...	...	...	...
...	...	...	...	...	...
<b>Valor total estimado da OS</b>					

### 3 – <INSTRUÇÕES/ESPECIFICAÇÕES> COMPLEMENTARES

- A OS deverá ser executada de acordo com o especificado no Termo de Referência.

- As licenças e os serviços a elas atrelados poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- O descumprimento dos níveis mínimos de serviço, poderão ensejar a aplicação das sanções previstas no Termo de Referência.
- A CONTRATADA declara concordância em executar as atividades descritas nesta OS, de acordo com as especificações estabelecidas pela FUNDACENTRO definidas no CONTRATO.

4 – DATAS E PRAZOS PREVISTOS			
<b>Data de Início:</b>	<dd/mm/aaaa>	<b>Data do Fim:</b>	<dd/mm/aaaa>
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO/ENTREGA			
Item	Tarefa/entrega	Início	Fim
1		<dd/mm/aaaa>	<dd/mm/aaaa>
...		<dd/mm/aaaa>	<dd/mm/aaaa>

5 – ARTEFATOS / PRODUTOS	
Fornecidos	A serem gerados e/ou atualizados

#### 5 – ASSINATURA E ENCAMINHAMENTO DA DEMANDA

Autoriza-se a <execução dos serviços> correspondentes à presente <OS>, no período e nos quantitativos acima identificados.

\_\_\_\_\_  
 <Nome >  
**<Responsável pela demanda/  
 Fiscal Requisitante>**  
 Matr.: <Nº da matrícula>

\_\_\_\_\_  
 <Nome >  
**Gestor do Contrato**  
 Matr.: <Nº da matrícula>

<Local>, xx de xxxxxxxxx de xxxx

## **Anexo II - Termo de Compromisso e Manutencao de Sigilo - Fundacentro.pdf**

## TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

### INTRODUÇÃO

O Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo registra o comprometimento formal da Contratada em cumprir as condições estabelecidas no documento relativas ao acesso e utilização de informações sigilosas da Contratante em decorrência de relação contratual, vigente ou não.

**Referência: Art. 18, Inciso V, alínea “a” da IN SGD/ME Nº 94/2022.**

Pelo presente instrumento a Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - Fundacentro, sediada na Rua Capote Valente, 710, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05409-002, CNPJ 62.428.073/0001-36, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a <NOME DA EMPRESA>, sediada em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <Nº do CNPJ>, doravante denominada **CONTRATADA**;

CONSIDERANDO que, em razão do **CONTRATO N.º <nº do contrato>** doravante denominado **CONTRATO PRINCIPAL**, a **CONTRATADA** poderá ter acesso a informações sigilosas do **CONTRATANTE**;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação e Privacidade da **CONTRATANTE**;

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO**, doravante **TERMO**, vinculado ao **CONTRATO PRINCIPAL**, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas.

### 1 – OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas disponibilizadas pela CONTRATANTE e a observância às normas de segurança da informação e privacidade por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e os Decretos 7.724, de 16 de maio de 2012, e 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

### 2 – CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

**INFORMAÇÃO:** dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e



transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

**INFORMAÇÃO SIGILOSA:** aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo.

**CONTRATO PRINCIPAL:** contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

### 3 – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

### 4 – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;

II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

### 5 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do

CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento prévio e expresso da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmos judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

## **6 – VIGÊNCIA**

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

## **7 – PENALIDADES**

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme previsto nos arts. 155 a 163 da Lei nº. 14.133, de 2021.

## **8 – DISPOSIÇÕES GERAIS**

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações, conforme definição do item 3 deste documento, disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

## 9 – FORO

A CONTRATANTE elege o foro da cidade de São Paulo onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

## 10 – ASSINATURAS

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

CONTRATADA	CONTRATANTE
<hr/> <div>&lt;Nome&gt; &lt;Qualificação&gt;</div>	<hr/> <div>&lt;Nome&gt; <b>Matrícula: xxxxxxxx</b></div>
TESTEMUNHAS	
<hr/> <div>&lt;Nome&gt; &lt;Qualificação&gt;</div>	<hr/> <div>&lt;Nome&gt; &lt;Qualificação&gt;</div>

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

## **Anexo III - Termo de Ciencia - Fundacentro.pdf**

## TERMO DE CIÊNCIA

### INTRODUÇÃO

O Termo de Ciência visa obter o comprometimento formal dos empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação quanto ao conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no órgão/entidade.

No caso de substituição ou inclusão de empregados da contratada, o preposto deverá entregar ao Fiscal Administrativo do Contrato os Termos de Ciência assinados pelos novos empregados envolvidos na execução dos serviços contratados.

**Referência: Art. 18, Inciso V, alínea “b” da IN SGD/ME Nº 94/2022.**

### 1 – IDENTIFICAÇÃO

<b>CONTRATO Nº</b>	<número>/<ano>		
<b>OBJETO</b>	<objeto do contrato>		
<b>CONTRATADA</b>	<nome da contratada>	<b>CNPJ</b>	
<b>PREPOSTO</b>	<Nome do Preposto da Contratada>		
<b>GESTOR DO CONTRATO</b>	<Nome do Gestor do Contrato>	<b>MATR.</b>	

### 2 – CIÊNCIA

Por este instrumento, os funcionários abaixo identificados declaram ter ciência e conhecer o inteiro teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes da Contratante.

Funcionários da Contratada		
Nome	Matrícula	Assinatura
<Nome do(a) Funcionário(a)>	<xxxxxxxxxx>	
<Nome do(a) Funcionário(a)>	<xxxxxxxxxx>	
...	...	...

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.